

# Minhas memórias do povo kalunga: um lugar sagrado

» FRANCA VILARINHO  
Jornalista e fotógrafa

Em 2003, eu tinha uma câmera fotográfica, pouco dinheiro e vontade de conhecer o quilombo Kalunga, em Cavalcante (GO). Eu estudava fotografia, inspirada no grande Sebastião Salgado. À noite, a ideia martelava. Como chegar? Como comprar filmes? Fazia planos e sonhava. Era uma utopia. Fotografar era caro — comprar filme, pagar a viagem, a comida, revelar o filme sem poder ver as fotos antes como hoje é possível fazer. Tudo causava angústia e medo.

E conhecer um quilombo como? Busquei informação na Fundação Palmares, procurei amigos negros e lideranças do movimento em Brasília. Juntei o pouco que sabia e alguns filmes ganhados do Núcleo de Gênero e Raça da Fenasps. E fui. Antes, sofri críticas e reações negativas de quase todos, amigos e familiares. Ninguém entendia que eu fosse a um lugar afastado para conhecer gente pobre e negra. A partir daí, entendi melhor a sociedade em que vivia. Vi o preconceito racial nos olhos das pessoas. Forte, porém dissimulado. O negro não era bem-vindo no país. Mas a cor da minha pele gritava.

Lembrava do meu avô, um negro alto que casou com minha avó, branca. Ele falava de sua bisavó escravizada e de um lugar no Maranhão evitado pelas pessoas, onde viviam negros. Acreditava que fosse um quilombo. Isso marcou minha vida: daí veio a vontade de ir a um quilombo e saber dessa gente ainda isolada. Quando decidi ir, era muito jovem, não entendia o racismo. Hoje sei como é difícil ter pele escura no Brasil. Foi no quilombo que me vi negra pela primeira vez.

Uma mochila, filmes, uma objetiva de 50mm e o coração batendo. A viagem durou quatro horas, de Brasília até Cavalcante. Dali, como chegar ao quilombo? Em cidade pequena, todo forasteiro é notado. Logo uma senhora puxou assunto, falei da minha intenção. “Procure a prefeitura.” Um caminhão levava e trazia moradores doentes. Topei na hora subir na carroceria. Estrada de chão, buracos, poeira. Subimos a serra, precipício de um lado, mata fechada do outro. Sentia medo e o prazer do sonho se realizando.

Na comunidade Engenho II, o chão branco e as casas cobertas de palha se destacavam na imensidão. Sem luz, sem carros, cavalos amarrados fora das casas, como em filme de caubói. Fui recebida pelo sr. Cirilo dos Santos Rosa e dona Getúlia, sua esposa na época. Contei minha história, me receberam como uma filha.

À noite, a rua sem luz. Conversas ao pé do fogão a lenha iam revelando a vida naquele lugar. Logo, os 223 moradores já sabiam da minha visita. Acompanhei a dura rotina das mulheres e dos homens que iam à roça ao raiar do dia. Crianças buscavam lenha, dona Getúlia socava milho no pilão, varria o quintal e dava milho às galinhas. Sentindo-me em casa, comecei a ajudar. As crianças iam à única escola do local.



Quando me viam, corriam envergonhadas. Mas comecei a brincar com elas e, então, se deixaram fotografar. Fui visitando casas e documentando aquela vida familiar e comunitária tão diferente da minha.

Engenho II se comunicava com o mundo via rádio. Nas casas, o fogo não podia apagar. Seu Cirilo contou que, antigamente, iam buscar sal e fósforos na Bahia, trocados por arroz, feijão e milho. Iam com burros e cavalos, enfrentando sol e chuva, mata fechada, rios e serras íngremes numa viagem de dois meses. Felizmente, esse tempo havia passado.

Um dia, fui fotografar a roça e me perdi. Saímos às 4h da manhã, com um simples café, rumo à serra. Lá, ouvi histórias e fotografei. Deu fome, não estava acostumada com o ritmo deles. Santana e eu cruzamos um rio para comer mangas. Ao voltar, nos perdemos. Anoitecia, chovia e lá havia onças. Caí, quebrei minha única lente. Chorei.

Depois das 17h, fomos resgatadas num estado lastimável. No vilarejo, havia uma mobilização: 10 homens saíram a cavalo para nos procurar, as mulheres rezavam. Até hoje contam o “causo”. Não sei se é verdade, mas disseram que quase chegamos ao Tocantins.

Já voltei inúmeras vezes ao local. Fui a Vão de Almas e Vão do Moleque e ainda frequento o quilombo. Tenho um grande acervo de fotografias que contam a vida desse povo tão importante para o país e para mim. Ali, adultos de hoje podem ver sua infância. Fiz exposições e um documentário em que kalungas contam sua história. Vi chegar a luz elétrica, o ensino médio, a internet, os turistas. A menina Domingas dos Santos Rosa cresceu, tem licenciatura em educação do campo pela Universidade de Brasília, é professora e montou uma pousadinha. Uma líder nata, como os pais.

Muitas coisas mudaram em Engenho II. Seria preciso contar isso. Mas essa é outra história.

# Povos indígenas: uma história de avanços

» TOYA MANCHINERI  
Coordenador da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab)

» HELCIO DE SOUZA  
Líder e diretor da Estratégia de Conservação com Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais da TNC Brasil

Durante o Abril Indígena, mês de mobilização pelos direitos dos povos originários, se intensificam as discussões e debates sobre questões relacionadas à esta agenda em nosso país. Se até os anos 1960 a visão era de que os Povos Indígenas seriam assimilados para sociedade nacional até a sua completa extinção como grupo social, isso mudou de percurso e se fortaleceu a partir da década de 1970, com o crescimento do protagonismo dos Povos Indígenas e a consciência de que eles são parte permanente e essencial da nossa sociedade.

Esse desaparecimento dos Povos Indígenas pela assimilação nunca aconteceu. Pelo contrário, os povos indígenas tomaram o caminho da conscientização de seus direitos e de seu papel na sociedade e, na década de 1970, foram uma das poucas vozes da sociedade civil brasileira que conseguiu denunciar no exterior a ditadura militar do Brasil.

Os Povos Indígenas se impuseram como interlocutores presentes e ativos e têm hoje um vasto reconhecimento nacional e internacional de seu importante papel como detentores e protetores de territórios que são essenciais para a conservação da biodiversidade e o equilíbrio climático global, com potencial inestimável para contribuir para um novo ciclo de desenvolvimento econômico e social inclusivo do Brasil.

Essa história de protagonismo dos Povos Indígenas merece ser lembrada e celebrada, pela importância de seus marcos e caminhos que foram abertos para que o movimento se estabelecesse em sua plenitude dentro da história brasileira.

O Brasil tem uma das mais antigas políticas indigenistas do mundo, influenciada pelo positivismo francês, baseada então na assimilação por técnicas educacionais, em contraponto à política de guerra e dominação dos grupos indígenas feita nos Estados Unidos. Criada em 1910 pelo Marechal Rondon, seguida depois pela criação da Funai em 1967, a política indigenista no Brasil era focado em mecanismos de homogeneização e nacionalização dos povos indígenas.

Nesse momento, surgem também as primeiras grandes assembleias indígenas multiétnicas no Mato Grosso, que são consideradas o nascimento do Movimento Indígena contemporâneo, com o pano de fundo da resistência aos projetos chamados de integração nacional pelos militares, como a rodovia transamazônica e BR-163, que teve um legado de terríveis impactos sobre a vida de muitos povos indígenas.

No fim dos anos 1980, os debates para a elaboração da Constituição Federal resultaram em um capítulo dedicado aos Povos Indígenas, uma grande conquista para época. O papel deles como guardiões da floresta já estava claro quando, no início dos anos 1990, os olhos do mundo se voltaram à Eco-92, no Rio de Janeiro. Foi também nos anos 1990 que grandes territórios indígenas, como as terras Yanomani e Kayapó Menkrantore, foram demarcadas. A Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab) foi fundada e organizações da sociedade civil, como a The Nature Conservancy (TNC), iniciaram um trabalho para que, além da demarcação, fosse possível garantir a gestão territorial dessas áreas pelos indígenas.

Esse trabalho, que tinha como objetivos fortalecer as capacidades organizacionais dos Povos Indígenas e aumentar sua influência sobre as políticas públicas, tem resultados visíveis até hoje, como a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental (Pngati) e, mais recentemente, a criação do Ministério dos Povos Indígenas e a presença de líderes e técnicos indígenas atuando diretamente como gestores governamentais. Sua influência tem sido crescente em meios internacionais como as COPs (Conferências das Partes do Clima e da Biodiversidade da ONU). Recentemente, a atuação das organizações indígenas, lideradas pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), foi uma voz imprescindível não apenas na defesa de seus próprios direitos, mas na defesa da democracia brasileira.

Hoje, podemos dizer que foi percorrido um longo caminho com avanços importantes e que a sociedade em geral está cada vez mais ciente da importância dos Povos Indígenas com sua cultura, sua espiritualidade e sua forma de se relacionar com a natureza. Eles são fundamentais para manter a Floresta Amazônica, o Cerrado, a Mata Atlântica e o Pantanal, por exemplo. São verdadeiros guardiões das florestas.

E, felizmente, podemos ver essa proeminência cada vez mais atuante, o que rompe com a ideia de uma atuação folclórica do indígena. Os Povos Indígenas exercem seu importante papel como cidadãos essenciais em dois grandes desafios em curso em todo o mundo, que são o clima e a conservação da biodiversidade, engrandecendo a importância do respeito aos seus direitos territoriais e a liderança do nosso Brasil no contexto global atual.

# O capital de simpatia de Luiz Inácio

» JOSÉ HORTA MANZANO  
Empresário e blogueiro

Não há que reclamar. Em certos aspectos, o passar do tempo tem sido benéfico a Luiz Inácio da Silva. Aquela barba escura e aquele cabelo farto dos jovens anos branquearam e rarearam, conferindo-lhe aspecto de um Papai Noel bonachão ao qual só falta o roupão vermelho. A natural fragilidade de um homem de quase 80 anos entenece os olhares, induz ao respeito e refreia a agressividade de todo interlocutor. O fato de ter-se casado em idade madura com uma senhora jovem e sorridente passa a impressão de estar de bem com a vida, o que é muito positivo.

No entanto, esses fatos são cosméticos: modificam a aparência sem bulir na essência. No fundo, Lula não mudou nem um tico. Continua empacado em algum ponto do século passado, num tempo em que era de bom tom execrar os Estados Unidos e tudo que orbitasse em torno do “grande irmão”.

De lá pra cá, o mundo mudou muito. A União Soviética desapareceu. O urso siberiano já não encarna o “perigo comunista”. Putin, o líder que se senta hoje no trono que um dia foi de Stalin, alarma o planeta, sim, mas não pelo comunismo. Decidindo a restaurar o império tsarista, invadiu a Ucrânia numa guerra de conquista territorial. Com palavras agressivas, em que a ameaça de guerra nuclear é insinuada com insistência, o susto agora é outro: as falas de Putin anunciam o Armagedom.

Refestelado nas poltronas macias do Planalto ou do avião presidencial, a milhares de

milhas do palco das atrocidades que Putin está provocando, nosso presidente não está em condições de sensibilizar-se com a tragédia que abala a Europa e angustia o mundo. Difícilmente um brasileiro comum será capaz de apontar a Ucrânia num mapa-múndi. Um Lula atarantado com o acúmulo de problemas internos não há de ter tempo para se informar sobre um drama que não o afeta. Esse fato, aliado a falhas de sua assessoria, está criando a dificuldade que Luiz Inácio tem de se inteirar dos comos e porquês desse conflito alucinante que já matou meio milhão, aleijou outro tanto e deslocou 10 milhões de ucranianos.

Para meio bilhão de europeus, a importância do que está acontecendo na Ucrânia é de outra magnitude. Berlim, a capital da Alemanha, está a apenas 800km de Lviv (Ucrânia). Zurique (Suíça) está mais perto de Kiev (Ucrânia) do que São Paulo está de Brasília. Mesmo Portugal, que é o país europeu mais distante da Ucrânia, não está tão longe assim: a distância entre Lisboa e Lviv é menor que a distância entre Belém e Florianópolis.

É essa proximidade trágica que alimenta o temor dos europeus. Foi ela que deu um solavanco nos princípios de defesa do continente. Países antes despreocupados acordaram para o novo perigo vindo do Leste. Suécia e Finlândia aderiram à Otan. Alemanha dobrou seu orçamento militar. Todos os demais países aumentaram suas despesas com defesa. Todos cederam parte de seu arsenal à Ucrânia para ajudar a conter a agressão russa. Os europeus sabem que, se o

urso siberiano não for detido agora, eles podem bem ser as próximas vítimas.

É, até certo ponto, compreensível que nosso presidente não consiga se compenetrar da premissa de ajudar a infeliz Ucrânia a enxotar os russos de seu território. Assim mesmo, é bizarro que sua veia socialista e universalista não lhe tenha despertado compaixão para com a sorte das vítimas do surreal ataque conduzido pelo autocrata de Moscou.

Prefiro acreditar que Luiz Inácio esteja mal informado do que se passa nessa Europa que acreditava ter atingido a paz permanente. Prefiro supor que, ao dizer que “quando um não quer, dois não brigam”, Lula estivesse apenas distraído da gravidade de suas palavras. Reduziu a agressão russa a uma briga de moleques de rua.

Lula guarda o trauma das vaias que recebeu no Maracanã, na abertura dos Jogos Panamericanos de 2007. Desde então, tem evitado situações em que possa ser alvo de manifestação de desprezo. Os protestos que enfrentou na Assembleia Portuguesa esta semana devem tê-lo feito refletir.

É bom que ele se emende e nunca mais volte a tratar o meio milhão de mortos da guerra na Ucrânia como variável de ajuste. O que está dito está dito. Com algumas frases infelizes, Lula minou o imenso capital de simpatia de que gozava na Europa. Antes de recobrá-lo, ainda há de ouvir muito protesto. Daqui por diante, é bom refletir antes de falar. O próximo escorregão pode ser fatal para o resto de apreço que a Europa ainda lhe dedica.